

**RE no AgInt nos EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 158.249 - SP
(2018/0103226-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : TALUDE COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : ALBERTO GUIMARÃES AGUIRRE ZURCHER - SP085022
HÉLIO PINTO RIBEIRO FILHO - SP107957
ANA MARIA DOMINGUES SILVA RIBEIRO - SP220244
HELTON JOAQUIM DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP256719
RECORRIDO : VALTER DE SOUZA SILVA
ADVOGADO : SERGIO ROBERTO VALENTE - SP128762

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MATÉRIAS NÃO
APRECIADAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO, NEM
SUSCITADAS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS
282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por TALUDE
COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com
fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da
Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça que manteve decisão de não
conhecimento do conflito de competência, tendo sido assim ementado (fl. 331):

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
ENCERRAMENTO POR SENTENÇA COM TRÂNSITO EM
JULGADO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO DE CRÉDITO
TRABALHISTA NÃO HABILITADO NO PROCESSO
RECUPERACIONAL. PRECEDENTES. NÃO CONFIGURAÇÃO
DO CONFLITO. INOCORRÊNCIA DE QUAISQUER DAS
HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 66 DO CPC/15.
MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 343/371) sustenta a parte
recorrente que está presente a repercussão geral das questões tratadas e que o acórdão
recorrido violou o artigo 114, *caput* e inciso IX, da Constituição Federal, que "não deixa
margem quanto à competência da Justiça do Trabalho para conhecer e julgar '*outras
controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei*', de sorte a não
abranjer a esta esfera Judicial situações em que haja empresa em Recuperação Judicial,
posto que a Lei (11.101/2005) possui norma cogente disciplinando que a competência
para processar e julgar pertence ao Juízo da Recuperação Judicial".

Alega, ainda, ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal sob o

fundamento de que a recorrente foi obrigada "a fazer coisa (submeter-se a execução em esfera incompetente, não contida na Lei de Recuperação Judicial e regras impostas no plano de recuperação) quando há Lei e decisão determinando o contrário disso".

Por fim, sustenta contrariedade aos artigos 1º, inciso IV, 5º, *caput*, e 170, *caput* e inciso VIII, todos da Constituição Federal, por entender que houve desrespeito ao princípio da igualdade e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, sob a tese de que "se mantiver os fundamentos do V. Acórdão recorrido que não conheceu do Conflito de Competência ajuizado, a conclusão não será outra senão a de que existirão credores trabalhistas que habilitaram seu crédito no Juízo da Recuperação e seguiram as regras impostas no plano de recuperação judicial e outros, como o do processo em questão a tramitar na esfera trabalhista, que não se submeterão à Lei de Recuperação Judicial e plano aprovado, criando, assim, distinção sobejamente vedada pela Carta Maior do País".

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 380).

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Com efeito, ao que se tem dos autos, os temas atinentes à alegada violação dos artigos 1º, inciso IV, 5º *caput* e inciso II, 114, *caput* e inciso IX, e 170, *caput* e inciso VIII, todos da Constituição Federal, não foram examinados no acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de declaração para fins de prequestionamento.

Nota-se, da leitura do acórdão de fls. 333/338, que a matéria foi decidida com base no artigo 66 do Código de Processo Civil, tendo esta Corte concluído pelo não conhecimento do conflito de competência. A título de ilustração, segue trecho do voto condutor do aresto:

A empresa TALUDE COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA, em recuperação judicial, suscitou o presente conflito de competência em face do JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI/SP, em que tramita a recuperação judicial n.º 0030241-06.2007.8.26.0068, e do JUÍZO DE DIREITO 1ª VARA DO TRABALHO DE BARUERI/SP, no qual tramita a reclamação trabalhista n.º 0248100-58.2007.5.02.0201 movida por VALTER DE SOUZA SILVA.

Conforme me referi na decisão ora agravada, a questão central diz respeito à definição do juízo competente para a prática de atos de execução relacionados à créditos reconhecidos em demanda trabalhista, mas que, embora inscrito no quadro geral de credores, não foi habilitado perante o juízo em que tramita o processo recuperacional, o qual já teve sentença de encerramento prolatada, com trânsito em julgado.

Segundo dispõe o art. 66 do CPC/15, há conflito de competência quando:

- I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes;
- II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;
- III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

No caso, contudo, não se verifica a ocorrência de quaisquer das hipóteses do art. 66 do CPC, já que não há manifestação de, no mínimo, dois órgãos jurisdicionais que se considerem competentes ou incompetentes, ainda que implicitamente, para julgar as ações acima

referidas, ou mesmo divirjam a respeito da reunião ou da separação de processos.

Conforme informações constantes dos autos, além daquelas prestadas pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Barueri/SP, houve o encerramento da recuperação judicial por sentença, com trânsito em julgado em 17/07/2017, em data anterior ao prosseguimento da busca pela satisfação do crédito na justiça laboral.

Nesse contexto, definitivamente julgada a recuperação, não remanesce competência para deliberação acerca do patrimônio da empresa recuperanda.

E tal circunstância impede a admissão do recurso extraordinário, ante a incidência dos Enunciados 282 e 356 da Súmula do Excelso Pretório, respectivamente, *in verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Excelso: A propósito, cumpre trazer à baila os seguintes acórdãos do Pretório

DIREITO ADMINISTRATIVO. CARGO EM COMISSÃO. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 1º, III E IV, 5º, *CAPUT*, 7º, XIII E XVI, 39, § 3º, E 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 280/STF. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. Cristalizada a jurisprudência desta Suprema Corte, a teor das Súmulas 282 e 356/STF: “Inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”, bem como “O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.” 2. Obstada a análise da suposta afronta aos preceitos constitucionais invocados, porquanto dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, procedimento que refoge à competência jurisdicional extraordinária desta Corte Suprema, a teor do art. 102 da Magna Carta. 3. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 4. Agravo interno conhecido e não provido.

(ARE 1.096.411 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 17/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-202

DIVULG 24-09-2018 PUBLIC 25-09-2018)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 1. Os dispositivos constitucionais alegados por violados não foram apreciados pelo acórdão impugnado. Tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar eventual omissão. O recurso carece de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). 2. A impugnação aos juros e aos honorários advocatícios não fez parte das razões do recurso extraordinário, sendo aduzida somente nesta via recursal. Constitui-se, portanto, em inovação insuscetível de apreciação neste momento processual. 3. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 4. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 1.132.623 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 17/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-202 DIVULG 24-09-2018 PUBLIC 25-09-2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente